



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CAMPUS AGRESTE
NÚCLEO DE GESTÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BRENDA RAYANE DE LIMA ARRUDA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR DE CONFECÇÕES E A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TORITAMA-PE (2020-2023)**

Caruaru
2024

BRENDA RAYANE DE LIMA ARRUDA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR DE CONFECÇÕES E A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TORITAMA-PE (2020-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Área de concentração: Economia do Trabalho.

Orientador (a): Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins

Caruaru

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Arruda, Brenda Rayane de Lima.

Considerações sobre o desempenho do setor de confecções e a precarização do trabalho em Toritama-PE (2020-2023) / Brenda Rayane de Lima Arruda. - Caruaru, 2024.

41p : il.

Orientador(a): André Luiz de Miranda Martins

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Ciências Econômicas, 2024.

1. Mercado de trabalho. 2. Toritama-PE. 3. Setor de confecções. 4. Precarização do trabalho. I. Martins, André Luiz de Miranda. (Orientação). II. Título.

330 CDD (22.ed.)

BRENDA RAYANE DE LIMA ARRUDA

**CONSIDERAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO DO SETOR DE CONFECÇÕES E A
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM TORITAMA-PE (2020-2023)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Ciências Econômicas do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovada em: 22/03/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Glaudionor Gomes Barbosa (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Econ. Rodolfo Guimarães Regueira da Silva (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me guiado ao longo de toda essa trajetória. A minha família por todo incentivo, em especial aos meus pais, Alexsandro e Gilvaneide, por todo carinho, atenção e apoio ao longo dessa jornada e por sempre terem investido na minha educação, vocês fazem parte desse sonho.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco e a todo o seu corpo docente que através dos seus ensinamentos contribuíram com a minha formação. Faço um agradecimento especial ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins pela confiança depositada em mim e por ter me auxiliado com tanta dedicação ao longo desses últimos meses. Agradeço também à banca examinadora desse trabalho.

Por último, agradeço a todos os meus amigos que me acompanharam ao longo dessa jornada e sempre compreenderam as minhas ausências. Em especial, agradeço minha amiga, Síría Monique, por toda parceria e boas histórias ao longo da graduação.

RESUMO

A intensificação da globalização, ocasionada pelos avanços tecnológicos permitiu a redução da distância e do tempo, no entanto, no que diz respeito a mundialização do capitalismo, a globalização exerceu um papel crucial nas relações de produção e consumo, que em muitos casos, leva à precarização da condição de vida. O mercado de trabalho brasileiro ao longo da história foi marcado por diversas fases, algumas de expansão e outras de crises. O período de industrialização do Brasil (1930 – 1980) gerou uma transformação significativa das estruturas econômicas e sociais do país. A ampliação da oferta de empregos criou um cenário favorável à mobilidade social. No entanto, este crescimento econômico não impediu a desigualdade social brasileira e a falta de empregos regulares para a população. A partir da década de 1990 as crises do mercado de trabalho brasileiro foram se expandindo, a falta de empregos regulares para a população ocasionou uma expansão da informalidade. O município de Toritama, famoso pela fabricação do jeans tem boa parte de sua produção fabricada a partir da subcontratação do setor informal, este por sua vez, marcado por jornadas exaustivas, insegurança financeira e precariedade laboral. Esse trabalho tem como objetivo analisar a situação do mercado de trabalho no município de Toritama, em especial do setor de confecções, buscando refletir sobre os indícios de precarização nesse setor, através de dados disponibilizados em diversas bases de dados, dentre elas: o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Palavras-chave: Toritama; mercado de trabalho; confecções; precariedade.

ABSTRACT

The intensification of globalization, caused by technological advances, allowed the reduction of distance and time, however, with regard to the globalization of capitalism, globalization played a crucial role in production and consumption relations, which in many cases, leads to precarious living conditions. The Brazilian job market throughout history has been marked by several phases, some of expansion and others of crisis. The period of industrialization in Brazil (1930 – 1980) generated a significant transformation in the country's economic and social structures. The expansion of the job offer created a favorable scenario for social mobility. However, this economic growth does not prevent Brazilian social inequality and the lack of regular jobs for the population. From the 1990s onwards, as crises in the Brazilian labor market expanded, the lack of regular jobs for the population led to an expansion of informality. The municipality of Toritama, famous for manufacturing jeans, has a large part of its production made through subcontracting in the informal sector, and is, in turn, marked by exhausting working hours, financial insecurity and job insecurity. This work aims to analyze the situation of the labor market in the municipality of Toritama, especially in the clothing sector, seeking to reflect on the accusations of precariousness in this sector, through data available in various databases, among them: the Census of Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Institute of Applied Economic Research (Ipea), the Continuous National Household Sample Survey (Continuous PNAD), the Pernambuco State Planning and Research Agency (CONDEPE/FIDEM), the Registry General Report of Employed and Unemployed Persons (CAGED) and the Annual List of Social Information (RAIS).

Keywords: Toritama; labor market; garment industry; job precariousness.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 –	Taxa de desemprego aberto no Brasil, 1992–2009	15
Gráfico 2 –	Taxa de desemprego aberto no Brasil, 2012-2023	17
Gráfico 3 –	Taxa de desemprego por faixa etária no Brasil, 2012-2023	18
Gráfico 4 –	Taxa de desemprego no Brasil e nas Grandes Regiões, terceiro trimestre de 2023	20
Gráfico 5 –	Evolução da população residente em Toritama-PE	25
Gráfico 6 –	PIB a preços correntes em Toritama-PE	26
Gráfico 7 –	PIB per capita	26
Gráfico 8 –	Composição setorial do VAB de Toritama-PE, 2010-2020	27
Gráfico 9 –	VAB a preços correntes de Toritama-PE	28
Quadro 1 –	Relação entre emprego formal e informal em Toritama-PE	29
Gráfico 10 –	Evolução do estoque de empregos formais em Toritama-PE (2018-2021)	30
Gráfico 11 –	Total dos estabelecimentos com vínculo em Toritama-PE (2018-2021)	31
Gráfico 12 –	Movimentação do mercado de trabalho formal em Toritama- PE (2020-2023)	31
Gráfico 13 –	Saldo de trabalhadores por faixa etária em Toritama-PE (2023)	32
Gráfico 14 –	Remuneração em salários mínimos de acordo com a faixa etária na fabricação de produtos têxteis em Toritama (2021)	33
Gráfico 15 –	Remuneração em salários mínimos de acordo com a faixa etária na confecção de artigos de vestuários e acessórios em Toritama (2021)	33

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CONDEPE	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
1.1	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	12
2	O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DE 1930 A 2020: VISÃO GERAL.....	13
2.1	A QUESTÃO DO EMPREGO JUVENIL.....	17
3	TORITAMA-PE: CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E SÓCIO- ECONÔMICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU SETOR PRODUTIVO.....	22
3.1	O MERCADO DE TRABALHO EM TORITAMA NO SÉCULO XXI.....	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas o termo globalização tem ganhado cada vez mais destaque, seja através da intensificação extrema das interações transnacionais, ou da mundialização dos sistemas de produção e das transferências financeiras. Outro ressaltado é a disseminação, a uma escala global, de informação e imagens através dos meios de comunicação social, às deslocamentos em massa de pessoas, como turistas, trabalhadores migrantes, refugiados ou ainda atores de uma espécie de “sociedade mundial” (Beck, 1999) ou global. De modo geral, a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local progressivamente estende a sua influência a todo o globo (Santos, 2012).

A globalização, entendida particularmente como a mundialização do capital, assumiu um papel fulcral nas relações de produção e de consumo e também nos ideais de desenvolvimento e progresso das nações. Para a população subalterna o conceito de globalização está intimamente ligado à exclusão de riqueza, ao distanciamento de decisões políticas e à precarização da condição de vida. Em suma, o processo de globalização potencializa a exploração da força de trabalho, através da diminuição da proteção social dos trabalhadores em prol de maiores retornos de capital (Machado; Giongo; Mendes, 2016).

Um dos principais determinantes da ampliação do setor informal urbano dos países foi a migração da força de trabalho do campo para a cidade. A chegada de um grande quantitativo de pessoas aos centros urbanos que estava passando por um processo de industrialização que nem sempre tinha oportunidades de empregos para todos. Os recém-chegados às cidades, que apresentavam condições de serem empregados, aumentavam a força de trabalho disponível no mercado, o que pressionava os salários para baixo, uma vez que a oferta ficava superior à demanda. Já os que não tinham as exigências técnicas e educacionais necessárias para o mercado de trabalho industrial urbano buscavam ocupações que lhes garantisse ao menos o necessário para a manutenção de sua sobrevivência, na maioria das vezes no mercado informal. O setor informal preenchia os setores ainda não ocupados ou os que já haviam sido abandonados pela produção capitalista. (Gonçalves, 2011).

Durante o período de industrialização brasileiro (1930-1980) o país passou por um acelerado crescimento econômico, no entanto, a inserção ocupacional do jovem no mercado de trabalho passou por mudanças significativas, a partir da década de

1980, devido ao fim desse ciclo. As crises econômicas que atingiram o Brasil na década de 1990 penalizaram todos os trabalhadores, porém os jovens foram os que mais sofreram com a escassez de emprego, uma vez que não tinham condições igualitárias na concorrência do mercado de trabalho (Pochmann, 1998).

Em busca de conter a crise de desemprego juvenil têm-se sugerido a criação de formas mais flexíveis de contratos de trabalho, desregulamentação de leis trabalhistas, empreendedorismo e informalidade. Medidas essas que acabam por reforçar a precarização do mercado de trabalho nacional (Oliveira, 2012). Apesar da flexibilização do mercado de trabalho ser considerada uma tendência global, esta vem acompanhada por uma crescente insegurança laboral (Smithson; Lewis; Guerreiro, 1998).

Um município brasileiro que sofre fortemente as consequências da flexibilização do mercado de trabalho é Toritama. As condições edafoclimáticas adversas, implicando uma forte restrição nas condições hídricas da região, levou a que, desde cedo, a população do município de Toritama tentasse sobreviver de atividades industriais, primeiramente com a fabricação de calçados, que fez da região um polo calçadista durante a década de 1970. No entanto, a atividade rapidamente entrou em declínio, fazendo com que as fábricas de calçados de couro da época entrassem em falência celeremente. Encontrou-se na produção de jeans um novo meio de sobrevivência (SEBRAE, 2019).

Localizada em Pernambuco, a cidade de Toritama é uma das principais produtoras de jeans do país e uma das que mais cresceu nos últimos anos, apesar de ser marcada por sua precariedade laboral. A grande oferta de empregos tanto para os moradores locais quanto para os migrantes resultou em um acelerado processo de crescimento econômico. No entanto, a informalidade e ausência de pagamento de tributos reflete em um desenvolvimento insustentável, marcado pela falta de investimentos, sejam eles privados ou públicos (SEBRAE, 2019; Vasconcelos, 2012).

O principal objetivo deste trabalho monográfico é analisar o setor de confecções do município de Toritama, com destaque para o mercado de trabalho (níveis de ocupação) específico a esse setor, procurando refletir sobre os processos de precarização por que tem passado.

1.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os dados utilizados para realização da pesquisa foram obtidos a partir de fontes secundárias, já que se encontravam em páginas eletrônicas, entre elas o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

A pesquisa foi desenvolvida de forma descritiva e também documental, uma vez que se utilizou de diversas fontes estatísticas já existentes. Além desta Introdução, o presente trabalho monográfico está estruturado em mais três partes: inicialmente apresenta-se o cenário histórico do emprego no Brasil, com um destaque a questão do emprego juvenil. Em seguida, comenta-se a respeito do setor de confecções no município de Toritama, a fim de observar as condições de trabalho no município, buscando encontrar indícios de precarização nesse setor. Por fim, apresentam-se as considerações finais.

2 O MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL DE 1930 A 2020: VISÃO GERAL

O Brasil passou por um acelerado crescimento econômico entre as décadas de 1930 e 1980, devido à industrialização que ampliou a oferta de empregos e criou um cenário favorável à mobilidade social. No entanto, este crescimento econômico não impediu a desigualdade social brasileira e a falta de empregos regulares para a população, principalmente para os jovens (Pochmann, 1998).

Durante a República Velha o Brasil foi marcado por uma população muito jovem, cerca de 70% da população era composta por pessoas com menos de 30 anos, além de jovem era também um país pobre e com alta concentração de renda, quando comparado aos países da Europa e até mesmo em relação à média da América Latina. Dessa forma, a condição financeira precária das famílias associada à dificuldade de acesso à educação (na época extremamente limitado às elites) propeliu grande parte da população infanto-juvenil para o trabalho em atividades de subsistência, ajudas em trabalhos familiares e trabalhos por conta própria em condições extremamente precárias (Santos; Gimenez, 2015).

O período de industrialização do Brasil (1930 – 1980) gerou uma transformação significativa das estruturas econômicas e sociais do país. O fortalecimento da prática industrial alterou a vida dos trabalhadores nacionais, uma nova dinâmica foi criada para a classe prestadora de serviços e o trabalho assalariado passou a ser um tema central para a consolidação da industrialização brasileira. A inserção da indústria automobilística no final da década de 1950 viabilizou a criação de uma força de trabalho com características urbanas e novas condições de trabalho. Foi durante a industrialização brasileira que o sistema de proteção social e garantia de renda começou a ganhar mais destaque, no entanto, a legislação trabalhista brasileira ainda apresentava mecanismos de proteção social muito frágeis, em comparação aos países europeus (Chaves, 2003).

No Brasil o avanço urbano-industrial até a década de 1950 mudou progressivamente a estrutura econômica e social do país, em especial no Centro-Sul. As condições da produção agrícola, no entanto, permaneciam praticamente intocadas e a população do campo, que representava a maior parte da população brasileira, permanecia às margens desse avanço. A pesada industrialização da segunda metade da década de 1950 alterou a estrutura industrial do país e também criou as bases para as mudanças econômicas de vários setores, inclusive o da agricultura. Entretanto, boa

parte da população não se beneficiou desse crescimento e dos novos bens de consumo disponíveis. Foi após o ano 1964 que se definiram as particularidades do avanço capitalista no país, com a ampliação das desigualdades de renda e consumo.

Os avanços econômicos que ocorreram até o final da década de 1970 não foram capazes de reduzir as desigualdades sociais, muito pelo contrário, o estabelecimento do capitalismo industrial elevou o patamar desse problema, gerando ainda mais desigualdade de riqueza, renda e condições de vida (Henrique, 1999).

Apesar do Brasil ter se transformado em uma economia urbana e industrial no período pós Segunda Guerra Mundial com elevada criação de empregos formais, que foi capaz de inserir no mercado de trabalho urbano uma parcela considerável de uma população com alta taxa de crescimento demográfico, na década de 1980 o mercado de trabalho passou a apresentar algumas alterações em sua dinâmica. O desemprego urbano surgiu com uma intensidade mais considerável, acompanhado da deterioração das condições de trabalho e da ascensão da informalidade (Mattoso, 1999).

No início da década de 1980 ocorreu um colapso no padrão de desenvolvimento do país, que se manifestou através das crises externas, da estagnação do Produto Interno Bruto (PIB), do descontrole inflacionário, da crise fiscal-financeira do Estado, e pelo agravamento da crise social que se refletiu no aumento das desigualdades sociais e de renda, nos elevados patamares de pobreza rural e urbana e na alteração dos padrões de mobilidades social brasileiro (Cardoso Jr., 2005).

Embora a taxa de crescimento do PIB tenha sido baixa ao longo da década de 1980 (em média 1,5% ao ano), a criação de empregos não foi um problema crítico no decorrer desse período. O nível de emprego aumentou continuamente a uma taxa de 3,5% ao ano ao longo dos anos 80, o que superava consideravelmente a taxa de crescimento populacional da década, que era de apenas 2,1% ao ano (Amadeo *et al.*, 1994).

No entanto, o colapso do padrão de desenvolvimento industrial resultou em uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho, que se refletiu, tanto no perfil das ocupações urbanas do setor terciário, quanto na expansão de segmentos considerados não estruturados do mercado de trabalho. Embora a taxa de assalariamento tenha se mantido praticamente inalterada ao longo da década de 1980, já era visível uma desestruturação da organização do mercado de trabalho, que se evidenciava através do aumento dos trabalhadores sem carteira assinada, como

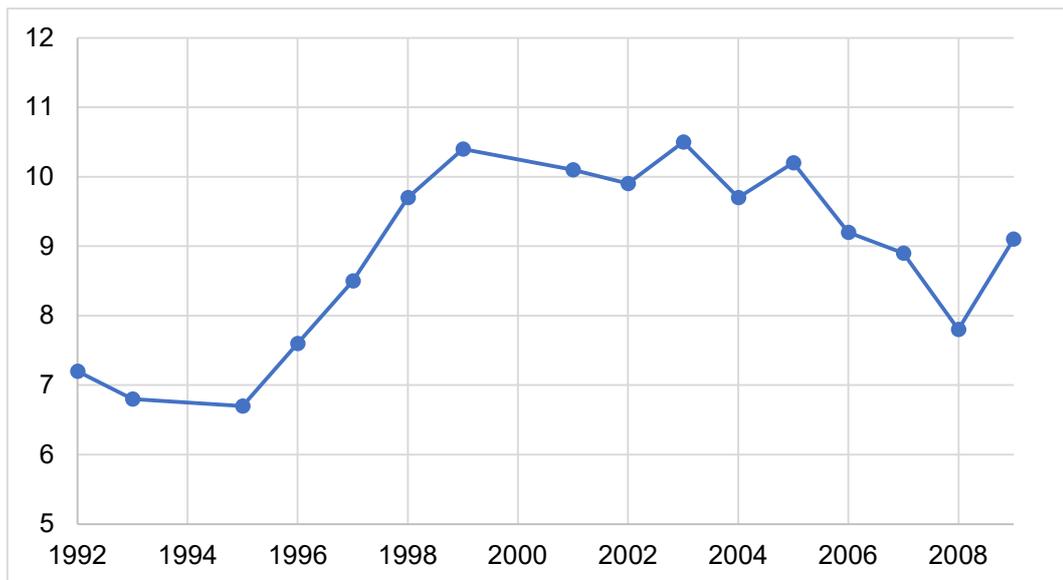
também nos pequenos empregadores e trabalhadores por conta própria (Cardoso Jr., 2005).

Apesar da taxa de desemprego ter aumentado na década de 1980, durante a recessão, ela não chegou a ultrapassar os 5% ao longo desse período, apresentando apenas pequenas flutuações. No entanto, ao longo da década de 1990 a taxa de desemprego aumentou continuamente, colaborando com a ideia de que o mercado de trabalho do Brasil apresentava dificuldade em absorver toda sua mão-de-obra (Amadeo *et al.*, 1994).

As oscilações econômicas da década de 1990 alteraram profundamente o desempenho produtivo do país. A geração de emprego sofreu consequências profundas devido ao processo de retração das atividades produtivas. O desemprego disparou ao longo desse período, em algumas regiões as taxas de desemprego ultrapassaram os 20%. A desestruturação do mercado de trabalho acabou ganhando mais destaque, uma vez que o emprego informal e a precarização laboral davam margem a flexibilização salarial, a incerteza da duração dos empregos e a ausência de contribuição previdenciária (Mattoso, 1999)

O Gráfico 1 traz a evolução da taxa de desemprego brasileira entre 1992 e 2009.

Gráfico 1 - Taxa de desemprego aberto no Brasil, (1992–2009)



Fonte: elaboração própria com base em dados do Ipeadata (2024).

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a taxa de desemprego no ano de 1992 já estava em 7,2%, nos anos seguintes apresentou

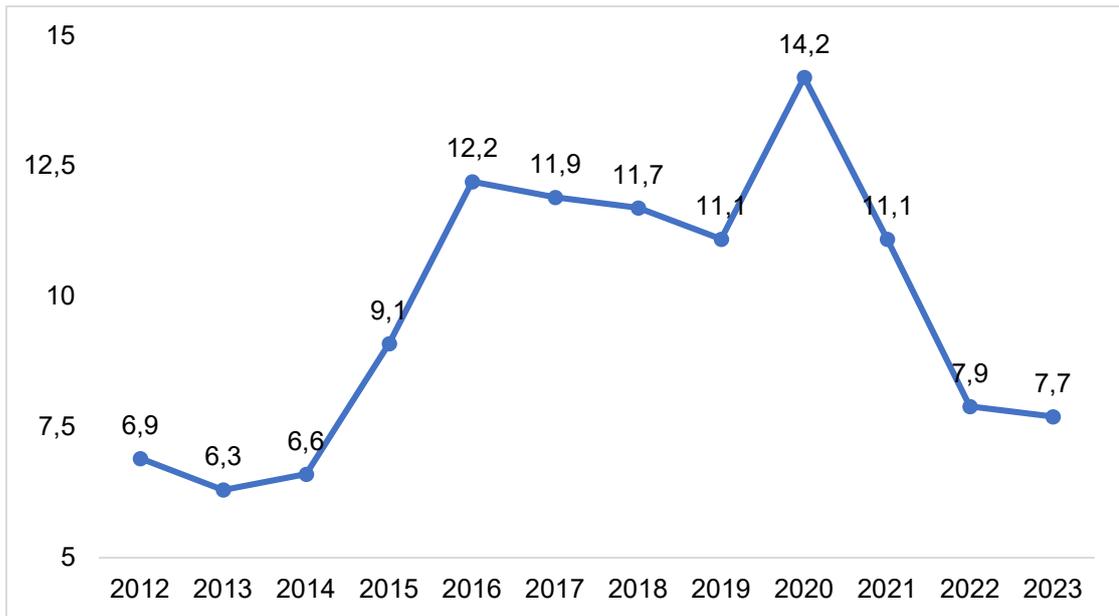
algumas oscilações, a partir de 1996 manteve-se em crescimento e chegou ao ápice dessa década no ano de 1999 quando atingiu a marca de 10,4% da população desempregada. Na década de 2000 as taxas mantiveram-se altas, no ano de 2001 10,1% da população brasileira estava desocupada e houve pouca oscilação até o ano de 2005, apenas em 2006 a taxa de desemprego apresentou uma queda significativa quando chegou a 9,2%, apresentou outras quedas ao longo de 2007 (8,9%) e 2008 (7,8%), no entanto em 2009 a taxa voltou a subir e alcançou a marca de 9,1% de desempregados.

O desemprego é um dos maiores problemas sociais enfrentados pela sociedade e afeta, significativamente, as economias subdesenvolvidas. No Brasil não é diferente, uma vez que esse problema se agravou substancialmente em razão das crises econômicas que atingiram o país ao longo de toda sua história (Beirão; Gonçalves; Neto, 2021). Para Reinert (2001), “o desemprego é caracterizado como sendo a não possibilidade do trabalho assalariado nas organizações de um modo geral”.

Em 2012 a taxa de desemprego do Brasil era de 6,9% e apresentou uma pequena oscilação entre 2013 e 2014. Em 2015, a taxa de desemprego do país aumentou consideravelmente, saindo de 6,6% no ano de 2014 para 9,1% no ano de 2015, tal aumento está intimamente ligado ao período de recessão econômica que o país enfrentou ao longo desse período. No ano de 2016 a taxa de desemprego continuou crescendo em um nível significativo alcançando a marca de 12,2%, houve certa queda nos três anos seguintes, mas as taxas ainda eram altas 2017 com 11,9%, 2018 com 11,7%, 2019 apresentou uma queda maior da taxa de desemprego, mesmo assim ainda estava em 11,1%.

Em 2020 o desemprego atingiu o seu ápice, chegando a 14,2%, a economia brasileira apresentou grande instabilidade durante esse período devido a pandemia da COVID-19, ao longo dos primeiros meses do ano de 2021 as taxas de desempregos ainda estavam muito altas, porém no final do ano já apresentava uma redução significativa da taxa de desemprego que chegou a 11,1%. Só a partir de 2022 o desemprego voltou a se estabilizar apresentando uma taxa de 7,9% e caiu ainda mais em 2023, com 7,7% da população desempregada, apesar de ainda ser um número alto já mostra uma melhoria econômica do período pós-pandemia. O Gráfico 2 traz a evolução da taxa de desemprego do Brasil entre os anos de 2012 e 2023.

Gráfico 2 - Taxa de desemprego aberto no Brasil, 2012-2023 (em %)



Fonte: elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (2024).

2.1 A QUESTÃO DO EMPREGO JUVENIL

O desemprego afeta toda a sociedade, porém os jovens são ainda mais prejudicados, devido suas vulnerabilidades. Em casos de escassez de emprego, a população mais jovem acaba por não apresentar condições de equidade no mercado de trabalho, quando comparado a população das demais faixas etárias, uma vez que, em sua maioria, não apresenta as mesmas qualificações e experiências profissionais dos adultos (Pochmann, 1998).

A recorrente presença do desemprego estrutural na juventude torna cada vez mais distante os processos de ascensão social e os avanços em trajetórias ocupacionais. A estagnação social intrageracional (a última ocupação do indivíduo é a mesma do primeiro emprego) e até mesmo a regressão intergeracional (os filhos apresentam posições de vida e trabalho inferiores à dos seus pais), acaba muitas vezes por frustrar as expectativas de constituir um futuro de trabalho virtuoso, mesmo quando há elevado nível de escolaridade (Pochmann, 2007).

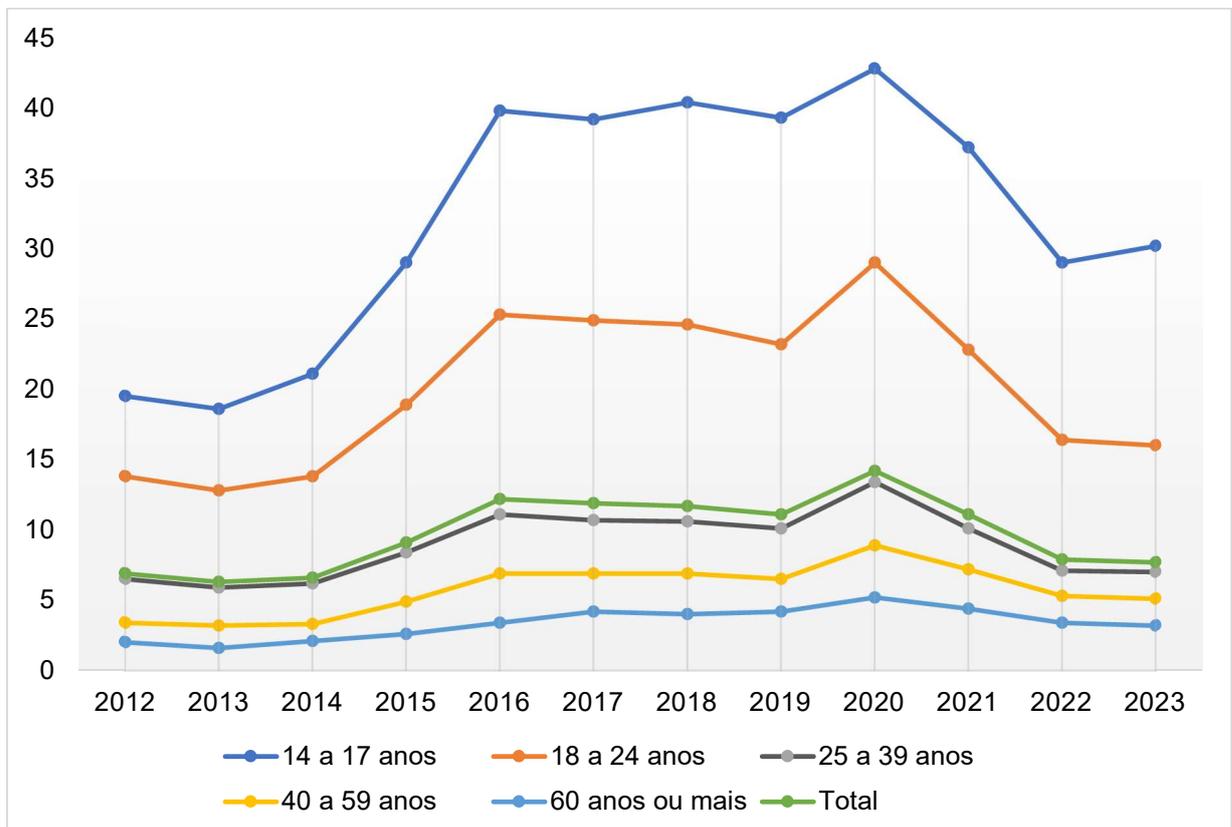
De acordo com Pochmann (1998) entre os anos 1930 e 1980 os jovens de classe baixa seguiam a tendência de ingressar no mercado de trabalho antes dos 16 anos de idade, sem terem terminado o período escolar obrigatório, na maioria dos casos, ocupando cargos na construção civil, pequenos comércios, agricultura e indústria. O jovem de classe média, por sua vez, tendia a cumprir o período escolar

obrigatório e em certos casos o ensino profissionalizante. Nestes casos inseriam-se no mercado de trabalho antes dos 20 anos, em postos intermediários de grandes indústrias e serviços e no setor público. Já o jovem de classe alta tendia a completar o ensino superior e na maioria dos casos só ingressava no mercado de trabalho após os 20 anos de idade, ocupando postos elevados em importantes atividade econômicas do setor público e privado.

No entanto, a inserção ocupacional do jovem passou por mudanças significativas, a partir da década de 1980, devido ao fim do ciclo de crescimento econômico. O país passou por um período de estagnação econômica, aumento do desemprego e redução da mobilidade social. A situação foi agravada na década de 1990 com o desassalariamento e o surgimento de postos de trabalho precários. As crises econômicas penalizam todos os trabalhadores, porém os jovens sofrem ainda mais com a escassez de emprego, por não terem condições igualitárias na concorrência do mercado de trabalho (Pochmann, 1998).

O Gráfico 3 traz a diferença da taxa de desemprego de acordo com a faixa etária da população brasileira entre 2012 e 2023.

Gráfico 3 - Taxa de desemprego por faixa etária no Brasil, 2012-2023 (em %)



Fonte: elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (2024).

A diferença entre a taxa de desemprego dos jovens é gigantesca quando comparada à média nacional, principalmente para aqueles que têm entre 14 e 17 anos. Enquanto em 2012 a taxa de desemprego nacional era de 6,9%, os jovens de 18 a 24 anos enfrentavam uma taxa de desocupação de 13,8%, e os de 14 a 17 anos 19,5%. Os anos foram se passando e essa diferença foi ficando cada vez maior, em 2016 a taxa nacional de desemprego era de 12,2%, mas para os jovens de 14 a 17 anos esse valor mais do que triplicou chegando a 39,8% da população deste grupo desempregada, para os jovens de 18 a 24 anos esse valor alcançava os 25,3%. Entre 2016 e 2019 não houve tanta alteração entre as taxas em nenhum dos grupos analisados, em 2020, no entanto as taxas de desemprego entre os jovens atingem o seu ápice, e a taxa de desocupação entre os jovens de 14 a 17 anos chega aos 42,8%, enquanto entre os de 18 a 24 anos atinge os 29%.

A faixa etária entre os 25 e 39 anos é a que se apresenta mais próxima à taxa de desemprego nacional, ficando sempre abaixo dela, porém com uma diferença mínima. A taxa de desemprego entre aqueles que têm entre 40 e 59 anos é ainda mais baixa, indo de 3,4% em 2012 para 6,9% no ano de 2016 e atingindo seu ápice em 2020 quando alcançou a marca de 8,9%, atualmente este grupo conta com uma taxa de desocupação de 5,1%. Entre os idosos, aqueles com 60 anos ou mais é onde encontramos as menores taxas de desemprego sempre abaixo dos 4,5%, com exceção do ano de 2020 quando este índice chegou a 5,2%.

Os jovens de países periféricos são os maiores afetados pelo desemprego. Na tentativa de reverter a crise de desemprego, agências multilaterais têm sugerido o estabelecimento de programas e políticas de geração de emprego e renda, criação de formas mais flexíveis de contratos de trabalho e a desregulamentação de leis trabalhistas, além do empreendedorismo e da informalidade, por crerem ser o caminho mais eficiente para inflar os índices de empregabilidade. Entretanto, tais medidas apenas reforçaram a precarização da condição de vida e do trabalho da classe trabalhadora. (Oliveira, 2012).

Apesar da flexibilização do mercado de trabalho e da criação de novos modelos trabalhistas serem encaradas como uma tendência global, esta vem acompanhada por uma crescente insegurança laboral, uma vez que o desemprego e os contratos de trabalhos flexíveis vêm se generalizando em todos os setores do mercado de emprego, independente do grau de instrução dos trabalhadores (Smithson; Lewis; Guerreiro, 1998).

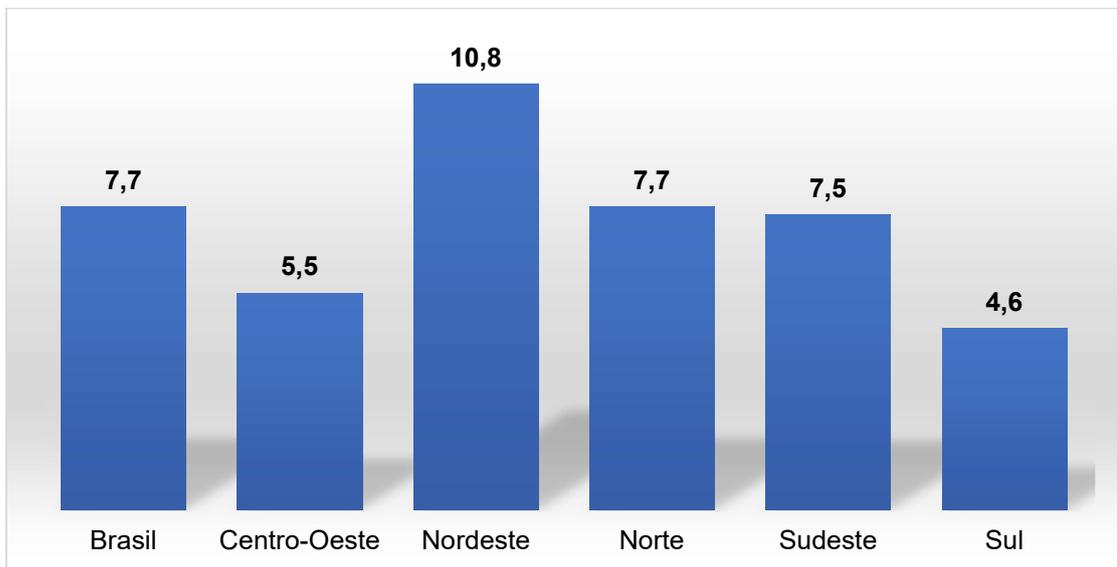
De acordo com Pochmann (1998) o ingresso do jovem no mercado de trabalho tende a ser mais instável e a apresentar condições de trabalho bem mais precárias que as dos adultos.

O conceito de padrão de inserção ocupacional é compreendido como a trajetória predominantemente traçada pelo segmento juvenil da População em Idade Ativa (PIA) na transição da inatividade para o mundo do trabalho. Este aspecto da vida do jovem é fundamental, não apenas por definir o momento e as condições de transição da inatividade para o mundo do trabalho, mas por trazer consequências generalizadas sobre a situação econômica nacional. (Pochmann, 1998, p.17)

De acordo com Santos e Gimenez (2015) ao analisar o processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho brasileiro é importante lembrar do padrão excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, que fez do país uma das nações com os mais altos índices de desigualdade econômica, social e regional.

É possível ver o reflexo das desigualdades sociais do país até mesmo nas diferenças das taxas de desemprego regionais, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Taxa de desemprego no Brasil e nas Grandes Regiões, terceiro trimestre de 2023 (em %)



Fonte: elaboração própria com base em dados da PNAD Contínua (2024).

Os estados do Sul e Centro-Oeste apresentam as menores taxas de desemprego do país, seguidos do Sudeste, estes três são os que apresentam os municípios com as maiores taxas de desenvolvimento econômico e social do país. O

Nordeste e o Norte por sua vez apresentam as maiores taxas de desemprego do país, e é nestas regiões que se encontram os municípios com os piores índices de desenvolvimento social e econômico, o que só corrobora com as desigualdades sociais entre as metades norte e sul do país.

Os jovens brasileiros enfrentam cada vez mais desafios no que diz respeito a sua inserção no mercado de trabalho e tem a educação como uma de suas determinantes fundamentais, que afeta não somente a empregabilidade, mas também a chance de conseguir postos de trabalhos com remunerações melhores. O desemprego entre os jovens é bem mais alto quando comparado ao restante da população economicamente ativa, principalmente para aqueles que apresentam baixos níveis de escolaridade (Schwartzman; Cossío, 2007).

De acordo com Pochmann (1998, p.25), “o ingresso do jovem no mercado de trabalho tende a ocorrer geralmente por meio de uma experiência ocupacional inferior à dos trabalhadores adultos”. Ele definiu quatro segmentos para explicar os padrões de inserção ocupacional dos jovens. O primeiro é o segmento Profissional, neste o jovem tende a inserir-se no mercado de trabalho mais tarde, após a conclusão do ensino superior, e embora passe por um maior período de inatividade apresenta maiores possibilidades de mobilidade social. O segundo segmento é o Interno, este costuma estar ligado a grandes empresas e a inserção no mercado de trabalho ocorre por meio de concurso ou seleções criteriosas, com possibilidade de ascensão profissional.

O terceiro segmento do mercado de trabalho é o Externo, neste as contratações costumam ser instáveis e pouco criteriosas, normalmente associada a empresas de médio porte, onde já se apresenta características de precarização. O último segmento é o Não Organizado, este caracteriza-se por jovens que não concluíram os estudos e apresenta condições de trabalho e rendimento muito flexíveis e instáveis, completamente desacobertado pelos direitos trabalhistas, presente principalmente em economias periféricas (Pochmann, 1998).

3 TORITAMA-PE: CARACTERIZAÇÃO ECONÔMICA E SÓCIO-ECONÔMICA E CONSIDERAÇÕES SOBRE SEU SETOR PRODUTIVO

Toritama é um município localizado no Agreste Setentrional de Pernambuco, com uma população de 41.137 habitantes e uma extensão territorial de 25.704 km² (IBGE, 2022), é um dos principais integrantes do Polo de Confecções do Agreste Pernambucano, juntamente a outras cidades como Agrestina, Brejo da Madre de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaritinga do Norte e Vertentes. Apesar dos dez municípios formarem o núcleo do Polo de Confecções, o conjunto é dominado pelos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe (SEBRAE, 2013, p. 15-16).

No século XIX existia uma fazenda de criação de gado no território que hoje corresponde ao município de Toritama, essa fazenda pertencia a João Barbosa e recebia o nome de Torres. João Barbosa doou parte de seu terreno localizado as margens do rio Capibaribe para a construção de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, e foi a partir dela que começou o povoamento da região. Em 1868 o povoado já contava com mais de 20 casas e existia um pequeno comércio de farinha, milho e feijão. A construção de uma ponte sobre o rio Capibaribe, em 1923, ligando o vilarejo de Torres ao município de Caruaru movimentou o comércio local, que passou a ter uma concorrência dos feirantes caruaruenses (IBGE, 1958).

O distrito de Torres foi criado em 15 de novembro de 1924 e pertencia inicialmente ao município de Vertentes. No ano de 1938 através do Decreto-lei Estadual nº 235, deixou de pertencer a Vertentes e passou a integrar o município de Taquaritinga. Só em 31 de dezembro de 1943 o distrito de Torres passou a chamar-se Toritama, através do Decreto-lei Estadual nº 952, o mesmo decreto também mudou o nome do município de Taquaritinga que passou a se chamar Taquaritinga do Norte. Em 29 de dezembro de 1953 o distrito de Toritama emancipou-se de Taquaritinga do Norte e elevou-se à categoria de município através da Lei Estadual nº 1.818 (Fad-UFPE, 2003).

O clima semiárido, marcado pela escassez de chuvas e pelo solo pouco fértil em meio à Caatinga obrigou desde cedo a população do município de Toritama a sobreviver de atividades industriais, primeiramente com a fabricação de calçados, que fez da região um polo calçadista durante a década de 1970. No entanto, a atividade entrou em declínio devido à enorme concorrência industrial de grandes calçadistas,

fazendo com que as fábricas de calçados de couro da época entrassem em falência rapidamente. Como o setor agrícola e a pecuária não eram uma opção para a economia dessa região, encontrou-se na produção de jeans um novo meio de sobrevivência (SEBRAE, 2019).

A origem do Polo de Confecções do Agreste pernambucano remonta ao início na década de 1950 e consistia principalmente no trabalho artesanal com retalhos de tecidos aproveitados dos rejeitos das indústrias têxteis de Recife (Burnett, 2013). Tais retalhos eram levados para Santa Cruz do Capibaribe pelos comerciantes locais que vendiam na capital pernambucana produtos como queijo e couro e na volta para sua cidade levavam em seus caminhões retalhos de tecidos que serviam para produção de roupas íntimas femininas, peças simples e colchas de retalhos que eram costuradas e vendidas na própria cidade (Lima; Bezerra, 2002).

A fabricação da época era marcada pela mão de obra familiar e pela produção domiciliar e artesanal, comandada principalmente por mulheres de áreas rurais. Em muitos casos confeccionistas de portes maiores, das áreas urbanas, forneciam máquinas de costura para essas mulheres as inserindo em uma cadeia produtiva de subcontratação (Burnett, 2013; Lyra, 2006).

Devido ao crescimento da produção e da constante intensificação dos circuitos comerciais voltados a ela, as indústrias recifenses começaram a cobrar pelos retalhos, que anteriormente eram coletados de forma gratuita. Com isso, na década de 1960, os caminhoneiros vindos de São Paulo começaram a trazer retalhos de helanca, um fio de malha sintético das tecelagens paulistas, que permitiu a ampliação da confecção na região. A origem do nome sulanca, como é chamada a produção do Agreste Pernambucano, vem justamente dessa procedência sulista do material; uma constrição das palavras “sul” e “helanca”. (Rangel; Cortelli, 2022; Lima; Bezerra, 2002).

Os retalhos advindos do Sul exigiam tecnologias melhores dos meios de produção, isso associado ao constante aumento da demanda de mercado fez com que algumas pessoas comesçassem a investir em máquinas industriais, uma vez que as máquinas manuais e domésticas já não conseguiam dar conta da produção. O que resultou em uma melhora significativa da qualidade dos produtos e ampliação das vendas (Burnett, 2013; Milanês, 2019).

Somente a partir da década de 1970 Toritama entrou para o ciclo da Sulanca, e ganhou destaque no universo das confecções têxteis através da sua especialização

na produção de jeans (Milanês, 2019). A prática ganhou destaque rapidamente no município, atualmente, Toritama é um dos principais produtores de jeans do país (SEBRAE, 2019). Das três principais cidades do Polo de Confecções do Agreste, Caruaru, famosa por sua grande feira popular que sempre foi um importante centro comercial que ligava o interior à capital, foi o último município a adotar este ramo de negócios. Embora desde o começo tenha participado das etapas de venda, só se inseriu, de fato, na etapa de produção durante a década de 1980 (Milanês, 2019; Lima; Bezerra, 2002).

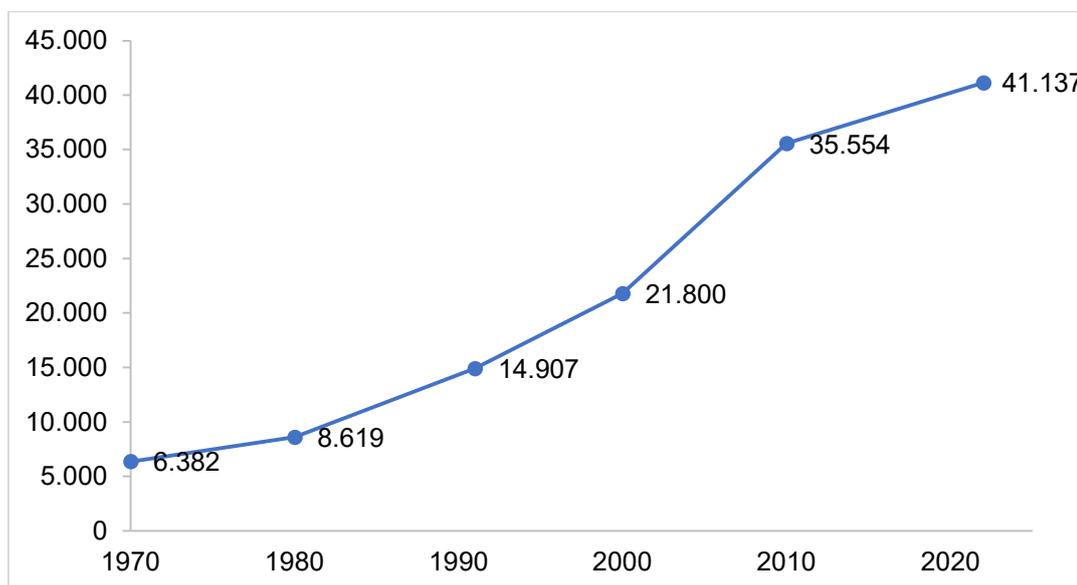
Nos anos 2000 o polo de confecções, anteriormente constituído por um aglomerado de atividades produtivas, comerciais e de serviços começou a passar por mudanças significativas. Em 2001 foi construído em Toritama o Parque das Feiras através de iniciativa dos empresários da região, com apoio do poder público municipal e de instituições como o Sindicato das Indústrias de Confecções de Pernambuco (Sindinvest-PE) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). A construção visou o melhor aproveitamento do potencial das “feiras da sulanca”, porém buscando outro padrão organizacional das atividades comerciais da região. O modelo de centro comercial também foi levado para Caruaru, com o Polo Comercial, e para Santa Cruz do Capibaribe, com o Moda Center (Oliveira; Braga, 2015).

A indústria de confecções é um importante pilar da estrutura produtiva do Brasil. O município de Toritama, popularmente conhecido como a capital do Jeans, é o segundo maior polo de confecções de jeans do país. Eventos como o Festival do Jeans de Toritama movimentam significativamente a economia da cidade e chegam a aumentar em torno de 30% as vendas durante o período do evento. A cadeia produtiva do jeans envolve direta e indiretamente milhares de pessoas, através da atuação em indústrias, comércio, lavanderias e empresas de produtos químicos (SEBRAE, 2019). No entanto, a necessidade de reduzir os custos da produção para conseguir manter os característicos preços baixos do jeans da região, resultou na ascensão de modelos de terceirização e de subcontratação, em grande parte dos casos marcado pela informalidade e precariedade das condições de trabalho (Santos; Pereira; Helal, 2022).

A ascensão econômica de Toritama resultou em um considerável crescimento populacional (SEBRAE, 2019). Como é possível observar no Gráfico 5 a população

residente em Toritama sai dos 6.382 habitantes no ano de 1970 para os atuais 41.137 habitantes.

Gráfico 5 - Evolução da população residente em Toritama-PE



Fonte: Elaboração própria com base em dados da Agência Condepe-Fidem (2024).

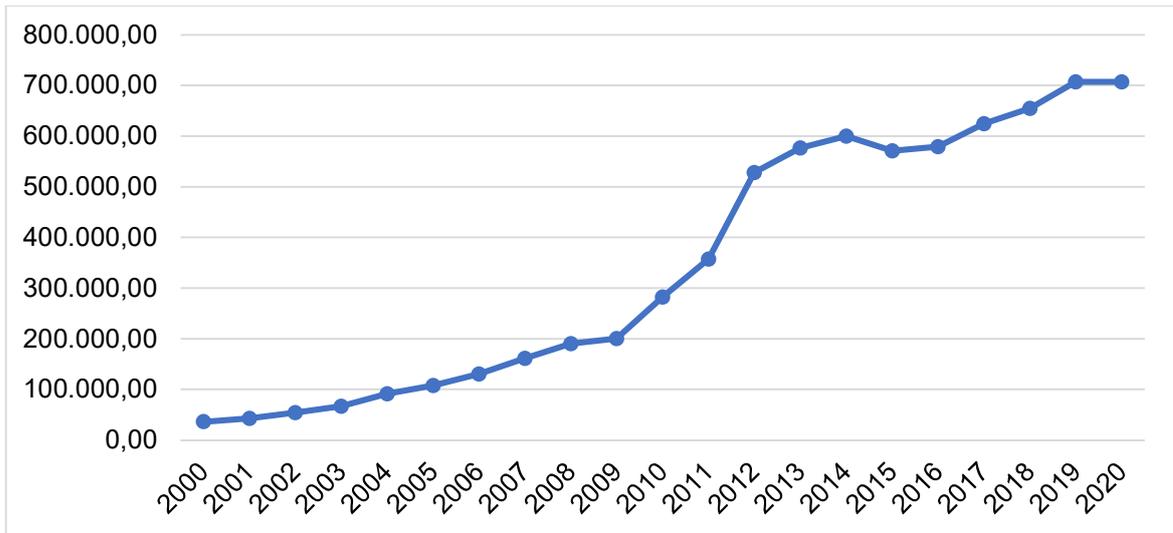
Nas décadas iniciais da inserção de Toritama no ciclo da Sulanca houve um aumento percentual extremamente considerável, o município apresentou um crescimento populacional de 71% entre os censos realizados em 1980 e 1991, saindo dos 8.619 habitantes no ano de 1980 para os 14.907 habitantes em 1991. Outro período que apresentou crescimento significativo foi o ano de 2010, com um aumento de 63% em relação ao censo anterior, a população saiu dos 21.800 habitantes no ano 2000 e chegou aos 35.554 habitantes em 2010, esse aumento populacional coincidiu com a década de fundação do Parque das Feiras.

O Gráfico 6 traz uma análise do Produto Interno Bruto (PIB) de Toritama a preços correntes do ano 2000 até 2020. O PIB municipal saiu dos R\$36.403.000,00 em 2000 e chegou aos R\$704.404.110,00 no ano de 2020. Entre 2000 e 2008 houve uma variação contínua do crescimento do PIB municipal que oscilava na casa dos 20% a cada ano, dentro desse período apenas o ano de 2004 apresentou um crescimento bem significativo aumentando 36% em relação ao ano anterior.

O ano de 2012 apresentou o maior aumento percentual do período analisado, com crescimento de 48%: o PIB saiu dos R\$357.136.000,00 em 2011 e chegou aos R\$528.127.000,00 no ano seguinte. De 2013 em diante os aumentos percentuais do PIB foram bem menos significativos que os da década anterior, nunca ultrapassando

os 10%. Durante todo o período analisado houve apenas uma redução do valor do PIB que ocorreu no ano de 2015, que contou com uma queda de 5% em relação ao ano anterior. Em 2020, ano inicial da pandemia de COVID-19 o PIB municipal manteve-se estagnado em relação ao ano anterior.

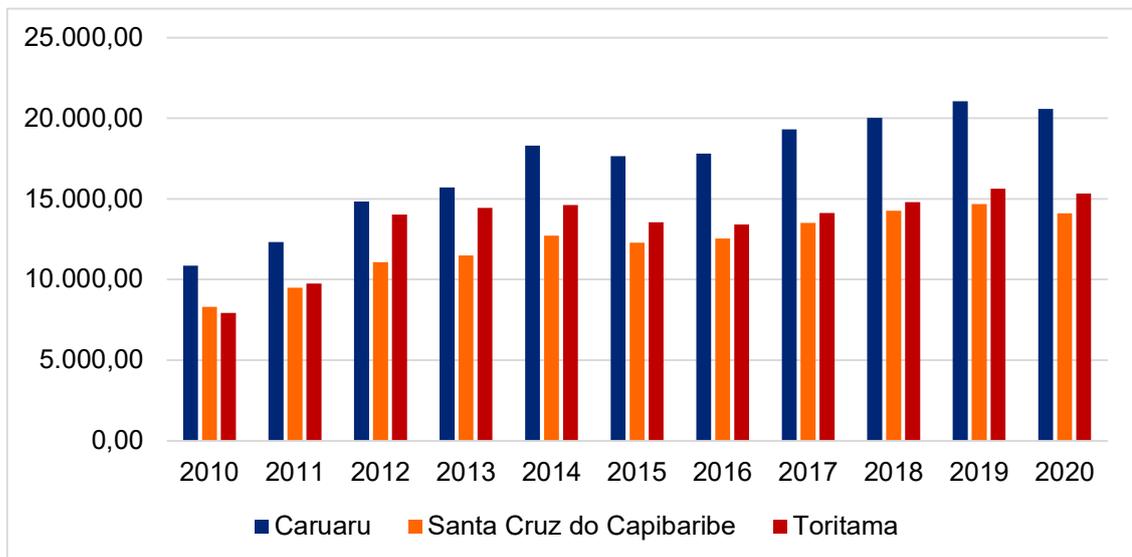
Gráfico 6 - PIB a preços correntes em Toritama-PE (Unidade: R\$ x1000)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2024).

De acordo com uma pesquisa do Sebrae de 2019, Toritama apresenta o segundo maior PIB per capita entre os municípios que compõem o Polo de Confecções do Agreste, ficando atrás somente de Caruaru.

Gráfico 7 - PIB per capita (Unidade: R\$)

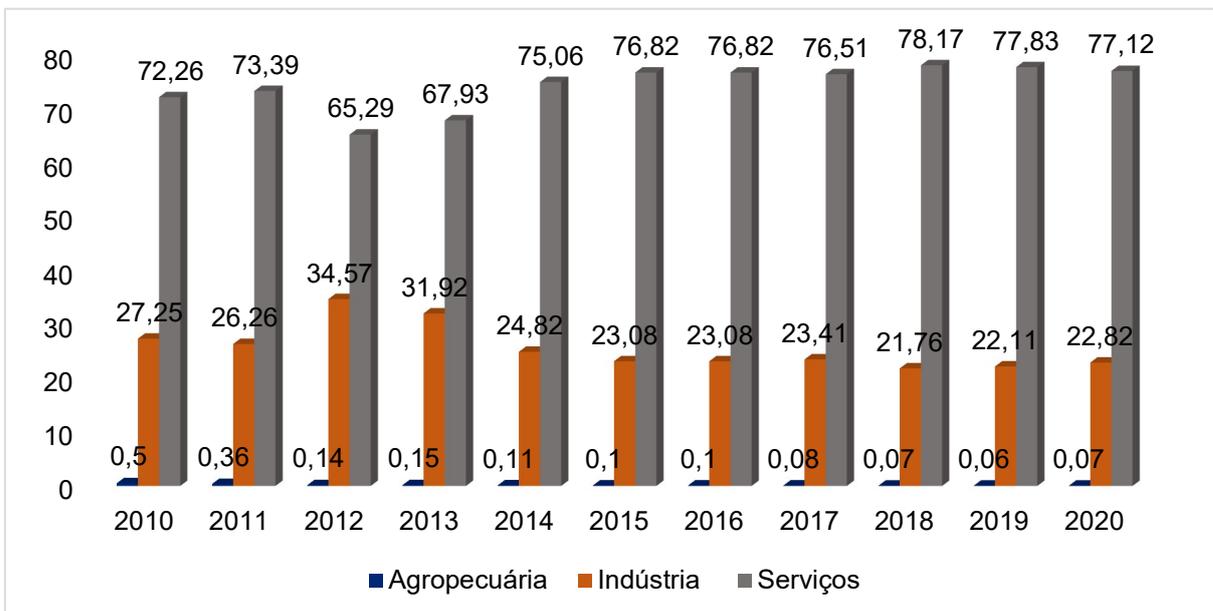


Fonte: Elaboração própria com base em dados da Agência Condepe-Fidem (2024).

O Gráfico 7 informa o PIB per capita das três principais cidades que compõem o polo entre os anos 2010 e 2020 e confirma a liderança de Caruaru ao longo de todos os anos analisados, com uma vantagem significativa em relação aos demais municípios. Em 2010 Santa Cruz do Capibaribe apresentava o segundo maior PIB per capita entre os três municípios analisados, com uma vantagem de R\$388,54 em relação ao município de Toritama. No entanto, a partir de 2011 Toritama assumiu o segundo lugar e se manteve até o último ano da análise. Em 2020 Toritama apresentou um PIB per capita de R\$15.323,72, enquanto Santa Cruz do Capibaribe obteve R\$14.102,77, Caruaru por sua vez alcançou a marca dos R\$20.582,25.

Apesar das significativas mudanças no que diz respeito ao polo de confecções do Agreste, o trabalho nesta região ainda é marcado por insegurança, instabilidade e principalmente pela informalidade. A ausência do Estado na organização desse processo produtivo fez de Toritama uma cidade marcada pela precariedade laboral, que encontrou na informalidade uma de suas bases (Santos; Pereira; Helal, 2022). A indústria têxtil de Toritama é formada por diversos pequenos empreendimentos, muitos deles de base familiar, alguns localizados nas casas dos próprios trabalhadores, desenvolvendo-se em sua maioria através de regimes de subcontratação, terceirização e informalidade (Santos; Vasconcelos, 2018). O Gráfico 8 mostra a composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) do município de Toritama entre 2010 e 2020.

Gráfico 8 - Composição setorial do VAB de Toritama-PE, 2010-2020 (em %)



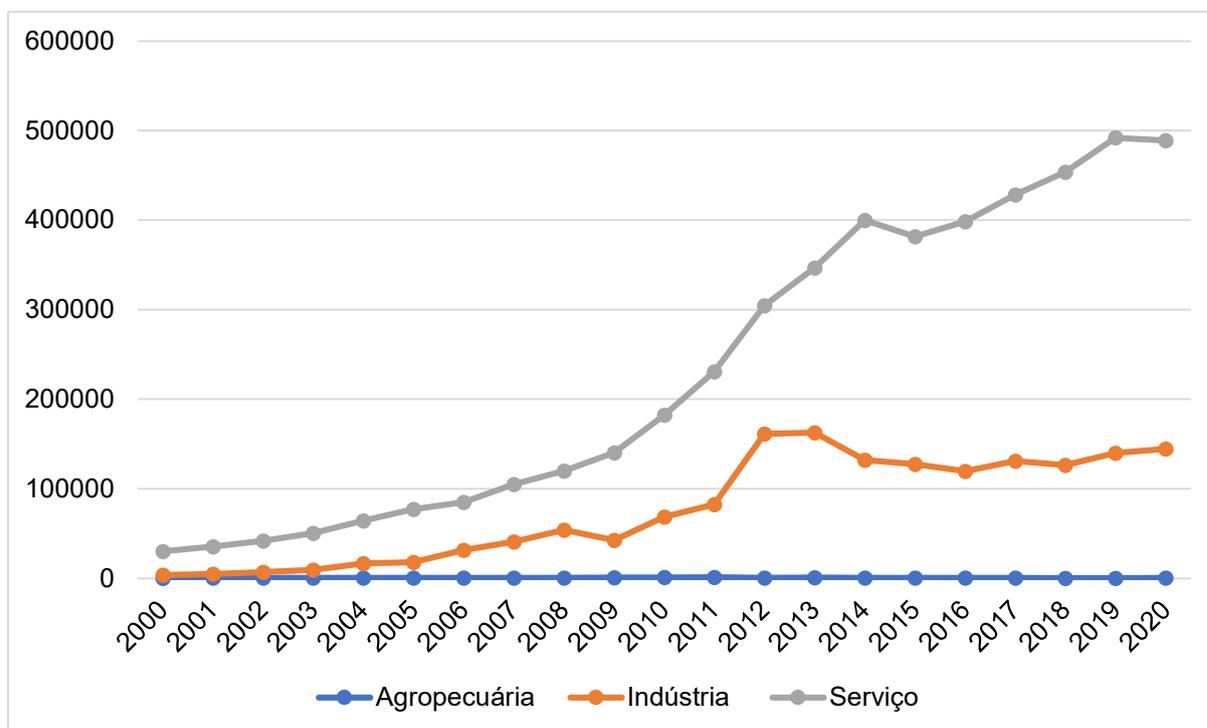
Fonte: Elaboração própria com base em dados da Agência Condepe-Fidem (2024).

O setor de Serviços corresponde a maior parte do VAB do município, representando mais de 70% em quase todos os anos analisados, apenas nos anos de 2012 e 2013, ficou abaixo desse valor, com 65,29% e 67,93% respectivamente. O VAB Industrial mantém-se na segunda colocação durante todo período analisado, oscilando entre 22% e 34%. A Agropecuária por sua vez representa um valor insignificante na composição do VAB municipal, caindo a cada ano analisado.

O Gráfico 9, por sua vez, traz uma análise do VAB municipal de Toritama a preços correntes entre 2000 e 2020, a Agropecuária representa uma parcela irrisória em comparação aos demais setores em todos os anos, o que é justificável devido às condições edafoclimáticas muito desfavoráveis. Além disso, o avanço (inclusive territorial) da produção têxtil neste que é um dos menores, senão o menor município pernambucano, haveria de reduzir a área agricultável.

No ano 2000 o setor de Serviços representava R\$30.150.000,00, um valor 6,5 vezes maior que o VAB Industrial que era de apenas R\$3.941.000,00. Com o passar dos anos o setor de Serviços manteve sua liderança considerável, no entanto os valores não são mais tão discrepantes entre os setores de Serviço e Indústria, no ano de 2020 obtiveram respectivamente, R\$488.951.280,00 e R\$144.676.000,00.

Gráfico 9 - VAB a preços correntes de Toritama-PE (Unidade: R\$ x1000)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE (2024).

3.1 O MERCADO DE TRABALHO EM TORITAMA NO SÉCULO XXI

Embora seja marcada por sua precariedade laboral, a cidade de Toritama destaca-se como uma das que mais cresceu nos últimos anos no interior do Agreste pernambucano. A grande oferta de empregos tanto para os moradores locais quanto para os migrantes resultou em um acelerado processo de crescimento econômico. No entanto, a informalidade e ausência de pagamento de tributos reflete em um desenvolvimento insustentável, marcado pela falta de investimentos, sejam eles privados ou públicos (Vasconcelos, 2012). O Quadro 1 traz uma relação entre os empregos formais e informais do município com base nos resultados dos Censos de 2000 e 2010.

No ano 2000, dos 7.574 habitantes empregados na cidade apenas 22% tinham empregos formais, os outros 88% trabalhavam em regime de informalidade, o que corresponde a 6.670 pessoas trabalhando completamente desamparados dos seus direitos sociais. Apesar de 2010 ter apresentado um crescimento dos empregos formais na cidade, a informalidade ainda alcançou os 82% do valor total de empregados do município. De acordo com o IBGE, em 2021 o salário médio mensal da população toritamense consistia em 1,4 salário mínimo, no entanto, esta análise leva em conta apenas os trabalhadores formais da cidade, o que corresponde atualmente a apenas 14,9% da população.

Quadro 1 – Relação entre emprego formal e informal em Toritama-PE

Ano	Empregados	Empregados com carteira de trabalho assinada	Empregados – militares e funcionários públicos estatutários	Empregados – outros sem carteira de trabalho assinada
2000	7.574	787	117	6.670
2010	13.682	2.448	66	11.168

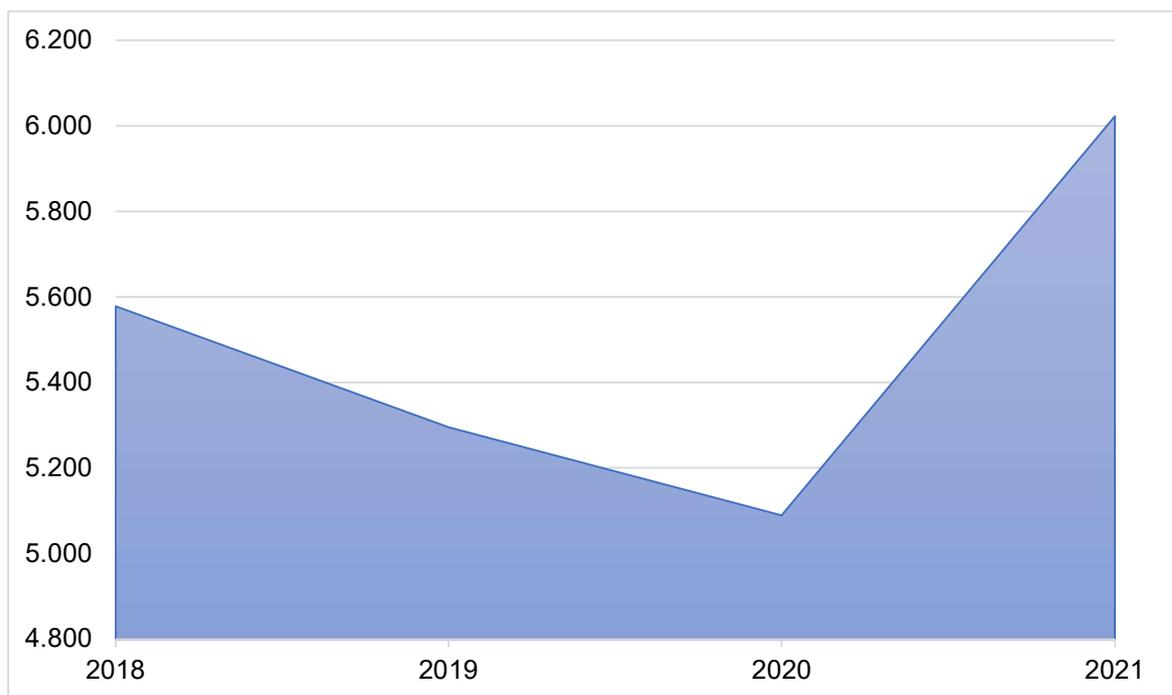
Fonte: elaboração própria com base em dados da Agência Condepe-Fidem (2024).

De acordo com Santos e Vasconcelos, o trabalho precário pode ser definido como uma série de práticas trabalhistas pós-modernas que vão de encontro às tradicionais institucionalizações e regulamentações do trabalho. A flexibilização do

trabalho, apesar de reduzir os custos da produção, através de subcontratações e terceirizações, na maioria dos casos sujeita os trabalhadores a regimes exploratórios, deixando-os completamente desamparados por políticas de proteção social (Sebrae, 2019).

Apesar desse cenário de precarização, o estoque de empregos formais aumentou entre 2020 – o primeiro ano da Covid 19 - e 2021, como retrata o Gráfico 10. Ao que tudo indica, esse aumento se concentrou no quadrimestre-trimestre final de 2020, quando houve o declínio da primeira onda pandêmica. Possivelmente a produção de confecções aumentou para atender demandas relacionadas ao ano eleitoral (campanha para executivo e legislativo municipais) que não foi adiado, e à aparente “volta ao normal” que se desenhava, mas que efetivamente não se verificou.

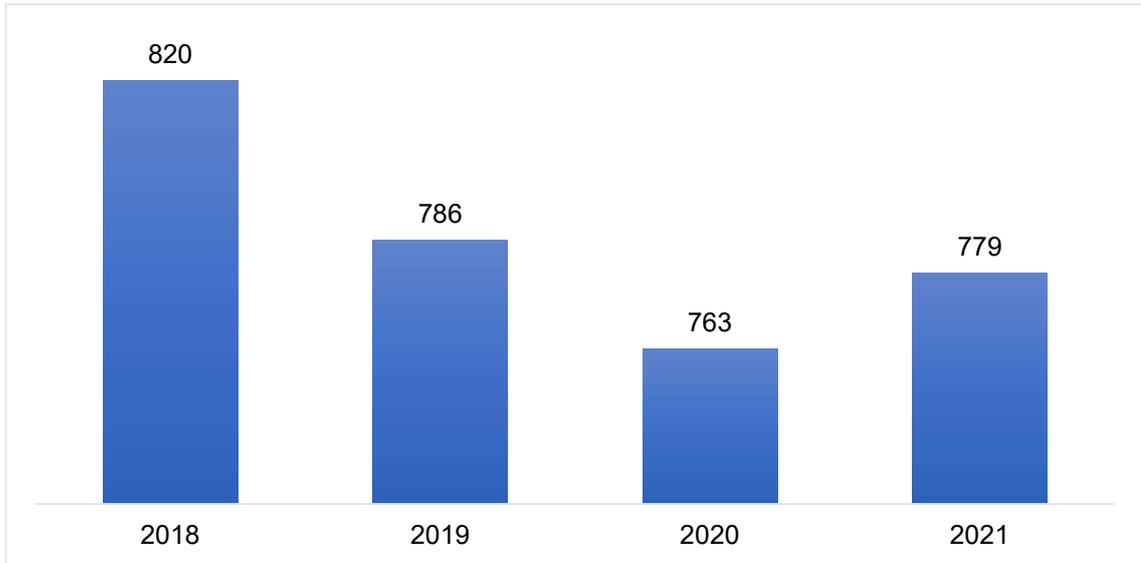
Gráfico 10 - Evolução do estoque de empregos formais em Toritama-PE (2018-2021)



Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (2024).

Essa retomada da formalidade também é evidenciada pelo crescimento do número de estabelecimentos com vínculo, que vinha caindo desde 2018 quando saiu dos 820 estabelecimentos para 786 em 2019, e esboça uma reação entre 2020 saindo dos 763 estabelecimentos com vínculo e chegando aos 779 no ano de 2021, como mostra o Gráfico 11.

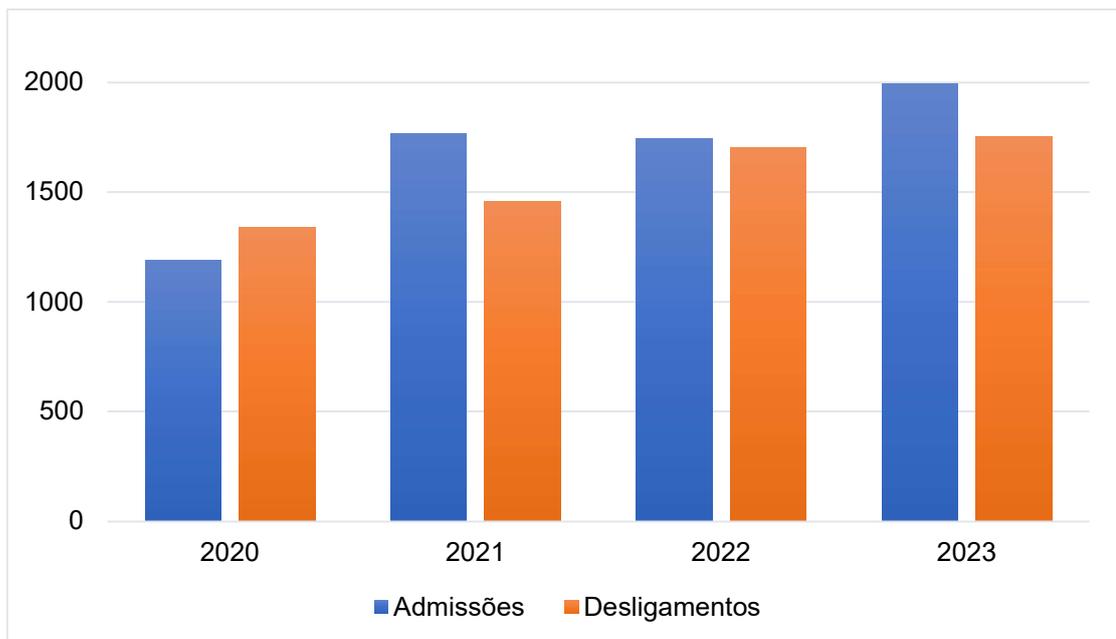
Gráfico 11 - Total dos estabelecimentos com vínculo em Toritama-PE (2018-2021)



Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (2024).

Assim, essa recuperação, mais tímida, também foi sentida nos saldos de geração de ocupações, que em 2020 havia sido negativo, no entanto, apresentou saldos positivos nos anos seguintes, como informa o Gráfico 12, que traz a movimentação do mercado de trabalho formal (admissões x desligamentos) entre os anos de 2020 e 2023.

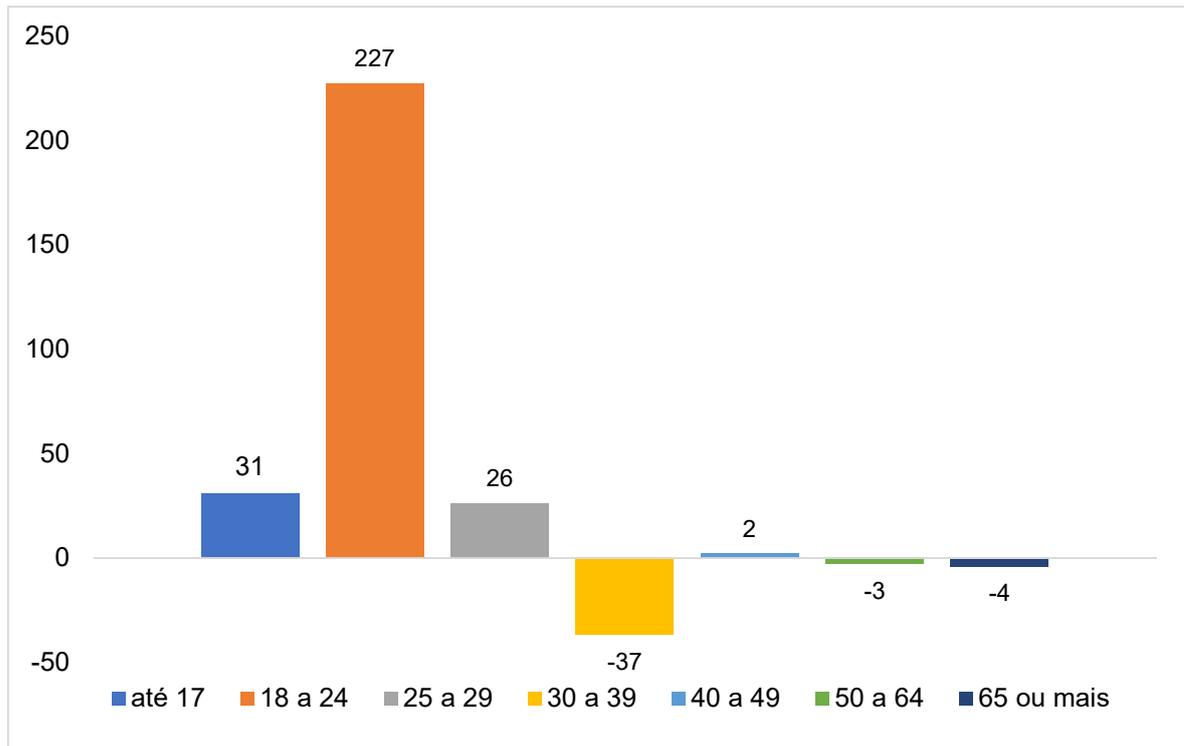
Gráfico 12 - Movimentação do mercado de trabalho formal em Toritama-PE (2020-2023)



Fonte: elaboração própria com base em dados do CAGED (2024).

Desagregado por faixa etária, o saldo dessa movimentação do mercado de trabalho formal surpreende ao revelar uma expressiva diferença em favor do contingente de empregados jovens, ou seja, entre 18 e 24 anos, como mostra o Gráfico 13.

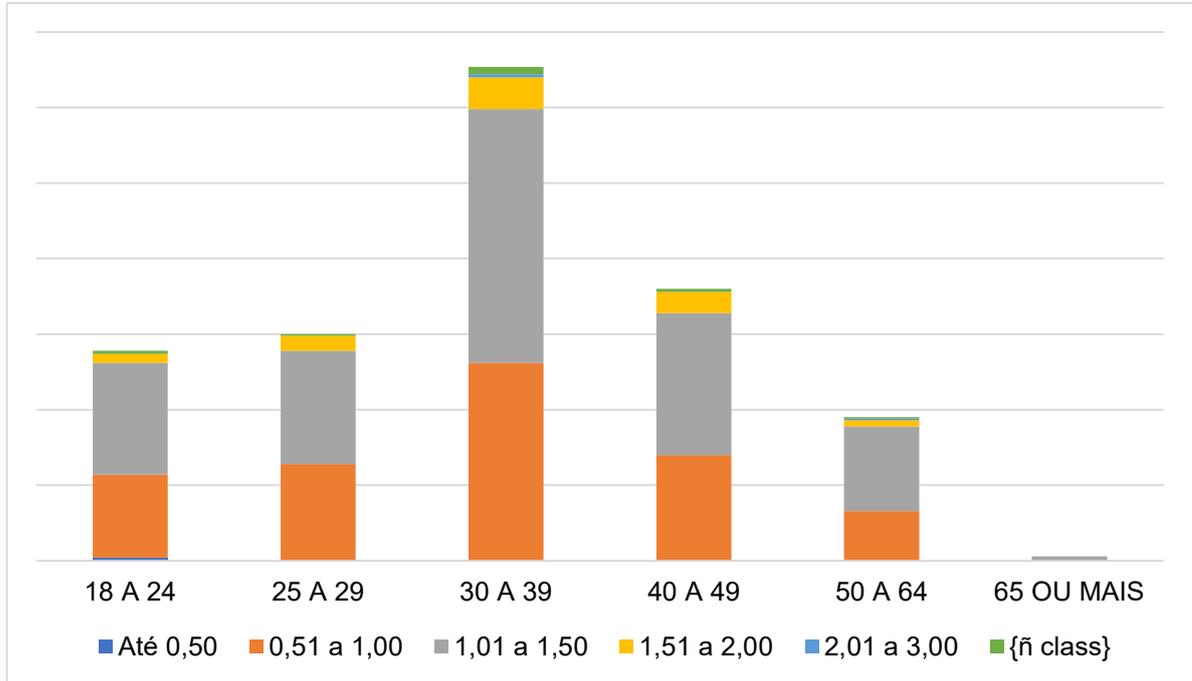
Gráfico 13 - Saldo de trabalhadores por faixa etária em Toritama-PE (2023)



Fonte: elaboração própria com base em dados do CAGED (2024).

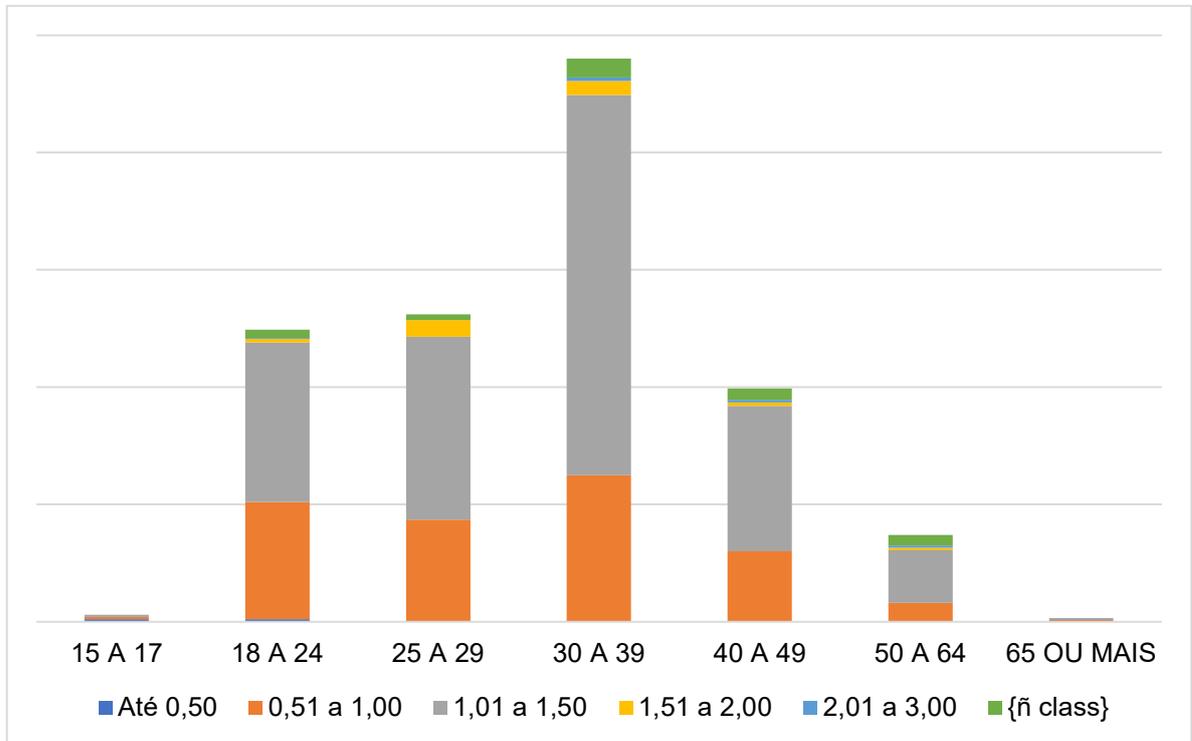
“Faz sentido”, conforme a lógica da precarização do trabalho, o expressivo saldo positivo justamente nesta faixa etária, a dos jovens – acrescentando que na faixa etária *até 17 anos* se verificou o segundo crescimento mais significativo – quando se coteja esses dados de ocupados com dados salariais, informados a seguir nos Gráficos 14 e 15, que apresentam a remuneração por faixa etária, medida em salários-mínimos, na fabricação de produtos têxteis em Toritama e na confecção de artigos de vestuário e acessórios no ano de 2021. Trata-se da faixa etária que apresenta as piores condições de remuneração (juntamente com a faixa de 25 a 29 anos) e possivelmente a mais vulnerável à onda precarizadora do trabalho.

Gráfico 14 - Remuneração em salários mínimos de acordo com a faixa etária na fabricação de produtos têxteis em Toritama (2021)



Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (2024).

Gráfico 15 - Remuneração em salários mínimos de acordo com a faixa etária na confecção de artigos de vestuários e acessórios em Toritama (2021)



Fonte: elaboração própria com dados da RAIS (2024).

Assim, tudo aponta para que se reproduza (e se amplie) em Toritama a situação onde os trabalhadores jovens ingressem mais intensamente em ocupações ou atividades de tempo integral, com jornada plena e também expandida, sob o signo da precarização. “É o efeito idade e condição assalariada que é responsável pelo trabalho em horários variáveis, menos estáveis e mais precários” (Dal Rosso, 2017, p. 212), fazendo com que se ampliem as práticas flexibilizadas.

Situados em um dos extremos da distribuição etária no mercado de trabalho (o outro extremo seria o dos assalariados idosos), os jovens são considerados inexperientes – ou sua inexperiência é mesmo comprovada –, o que pode possibilitar a estratégia de pagamento de salários mais baixos, sem que tenham condições de negociar, diante da necessidade de uma remuneração e mesmo que implique um trabalho sem perspectiva de carreira (Dal Rosso, op. cit.).

Em momentos de crise, esses trabalhadores jovens são preferidos pelos empregadores em detrimento de seus ‘colegas’ de faixas etárias superiores. Esse, ao que parece, é o ajuste de mercado de trabalho promovido na ‘cidade-fábrica’ de Toritama. Esse ajuste reforça a tendência da idade ir deixando de ser “um fator diferenciador em relação às cargas horárias excessivas, aquelas que se definem a partir de 45 horas e mais por semana” (Dal Rosso, op. cit., p. 212).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado de trabalho brasileiro ao longo da história foi marcado por diversas fases, algumas de expansão e outras de crises, com aumento do desemprego e ampliação os setores informais. O período da República Velha, onde o Brasil apresentava uma população muito jovem, porém era marcado por pobreza e alta concentração de renda, obrigou a população infanto-juvenil a trabalhar em setores de subsistência para ajudar nas despesas da casa. O período de industrialização do Brasil (1930 – 1980), por sua vez, gerou uma transformação significativa das estruturas econômicas e sociais do país. A ampliação da oferta de empregos criou um cenário favorável à mobilidade social. No entanto, este crescimento econômico não impediu a desigualdade social brasileira e a falta de empregos regulares para a população.

O processo de industrialização, que ocorreu nos grandes centros urbanos gerou um intenso movimento migratório, no entanto, as oportunidades de emprego não eram suficientes para todos aqueles que haviam chegado. O excesso de mão-de-obra acabou por pressionar os salários para baixo. Já aqueles que não conseguiam emprego, por não terem as qualificações necessárias, buscavam ao menos conseguir o seu sustento, muitas vezes no mercado informal. Embora durante a industrialização brasileira o sistema de proteção social e a garantia de renda tenha começado a ganhar mais destaque, a legislação trabalhista brasileira da época ainda apresentava mecanismos de proteção social muito frágeis, em comparação aos países europeus.

Apesar do Brasil ter se transformado em uma economia urbana e industrial no período pós Segunda Guerra Mundial com elevada criação de empregos formais, na década de 1980 o mercado de trabalho passou a apresentar algumas alterações em sua dinâmica. O desemprego urbano surgiu com uma intensidade mais considerável, acompanhado da deterioração das condições de trabalho e de uma ascensão ainda maior da informalidade e do recurso a práticas contratuais associadas à flexibilidade. Ao longo da década de 1990 a taxa de desemprego aumentou continuamente, o que demonstrou a dificuldade brasileira de absorver toda a sua mão-de-obra no mercado de trabalho.

O desemprego é um dos maiores problemas sociais enfrentados pela sociedade e afeta, principalmente, as economias subdesenvolvidas. No Brasil não foi diferente, uma vez que esse problema se agravou em razão das crises econômicas

que atingiram o país. Em 2012 a taxa de desemprego do Brasil era de 6,9%, em 2020 o desemprego atingiu o seu ápice, chegando a 14,2%, a economia brasileira apresentou grande instabilidade durante esse período devido a pandemia da COVID-19. Só a partir de 2022 o desemprego voltou a se estabilizar apresentando uma taxa de 7,9% e caiu ainda mais em 2023, com 7,7% da população desempregada, apesar de ainda ser um número alto já mostra uma melhoria econômica do período pós-pandemia.

Embora afete toda sociedade o desemprego prejudica ainda mais os jovens, devido suas vulnerabilidades. Em casos de escassez de emprego, a população mais jovem acaba por não apresentar condições de equidade no mercado de trabalho, quando comparado a população das demais faixas etárias, tornando cada vez mais distante os processos de ascensão social para esse determinado grupo.

Ao analisarmos especificamente o comportamento do mercado de trabalho no município de Toritama, vemos uma ascensão econômica que resultou em um considerável crescimento populacional na região ao longo dos anos. A cidade é uma das principais produtoras de jeans do país e uma das que mais cresceu nos últimos anos, apesar de ser marcada por sua precariedade laboral. A informalidade e ausência de pagamento de tributos reflete em um desenvolvimento insustentável, marcado pela falta de investimentos, tanto de instituições privadas quanto de instituições públicas.

As facções, muitas vezes, funcionam dentro das próprias casas, em pequenos galpões ou garagens. Nestes casos, costuma haver uma imersão do trabalho no ambiente familiar, contando, diversas vezes, com a colaboração das crianças e dos adolescentes na linha de produção. O trabalho realizado em domicílio é tido, na maioria dos casos, como um regime de subcontratação, que acaba por gerar uma grande dependência do trabalhador em relação ao seu contratante.

Apesar dos setores ligados a confecção serem os pilares da economia toritamense, e terem permitido o rápido avanço econômico e populacional da cidade, pode-se observar que este setor é marcado por baixos salários. São raros os casos daqueles que recebem mais de 1,5 salário mínimo atuando nesta área, seja na própria confecção ou na fabricação de produtos têxteis.

Embora o setor de confecções de Toritama seja marcado por uma precariedade laboral, como reforça toda literatura utilizada ao longo do trabalho, os dados obtidos não demonstram nada muito significativo, nem no que diz respeito aos jovens, nem em relação a população em geral. Uma vez que a precarização do setor da confecção

encontra-se principalmente nas pequenas facções, que na maioria dos casos, são marcadas pela informalidade, sendo assim não se encontram abarcadas pelas bases de dados oficiais.

O presente trabalho não conseguiu identificar através dos dados analisados se, de fato, há precarização no setor de confecções; limitou-se a fornecer indícios desse processo. No entanto, pode servir de apoio a pesquisa futuras, que podem utilizar de questionários aplicados diretamente aos trabalhadores, no intuito de mapear de forma ampla este setor, abarcando tanto a formalidade quanto a informalidade.

Apesar das dificuldades presentes na vida daqueles que trabalham de maneira informal, seja por carga horária excessiva ou pelo desamparo de políticas de proteção social, nem todos desejam sair da informalidade, na maioria das vezes, pelos custos incluídos da formalização de uma empresa.

Presume-se que algumas estratégias de políticas públicas poderiam trazer benefícios não só para este setor, mas para a sociedade como um todo. A redução dos custos para a formalização das empresas, principalmente as de micro e pequeno porte, desta forma os proprietários das pequenas facções poderiam regularizar seu negócio sem renunciar a seus lucros; ampliação do microcrédito, onde os empreendedores poderão se beneficiar de taxas de juros menores para seus investimentos; campanhas que incentivem os micro e pequenos empreendedores a buscarem ajuda técnica dos órgãos de apoio à micro e pequena empresa; além de treinamentos que visem aumentar seus lucros e sua produtividade. Tais medidas poderiam contribuir com a redução da informalidade do setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADEO, E. J. et al. A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho brasileiro desde 1980. 1994. Disponível em: https://portaltantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/TDs/td_0353.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BECK, U. **O que é globalização?** Equívocos do globalismo: respostas à globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- BEIRÃO, É. D. S.; GONÇALVES, M. E.; NETO, D. R. D. S. DESEMPREGO NO BRASIL: UMA ANÁLISE EMPÍRICA DE PREVISÃO BASEADA NA METODOLOGIA BOX-JENKINS. **Revista Economia e Políticas Públicas**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 131–160, 2021. DOI: 10.46551/epp2021917. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/economiaepoliticaspUBLICAS/article/view/4745>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- BURNETT, A. A “saga” dos retalheiros: um estudo sobre a instituição da feira da Sulanca no Agreste Pernambucano. Século XXI – **Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 09–40, 2014. DOI: 10.5902/2236672512791. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/12791>. Acesso em: 21 out. 2023.
- CARDOSO JR, J. C. A questão do trabalho urbano e o sistema público de emprego no Brasil contemporâneo: décadas de 1980 e 1990. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 127-178, 2005. Disponível em: https://portaltantigo.ipea.gov.br/agencia/imagens/stories/PDFs/livros/Cap_4-10.pdf. Acesso em: 24 dez. 2023.
- CHAVES, L. C. A industrialização: emprego e processo de trabalho no Brasil. **Revista Katálysis**, v. 6, n. 1, p. 53-62, 2003. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179618281006.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2023.
- DAL ROSSO, S. **O ardil da flexibilidade**: os trabalhadores e a teoria do valor. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro: IBGE, 1958. v.18. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=227295&view=detalhes>. Acesso em: 31 out. 2023.
- FADE-UFPE. Estudos de caracterização econômica do Pólo de Confecções do Agreste de Pernambuco. Recife: Fade-UFPE, 2003. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/poloconfec2003.pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.
- GONÇALVES, M. A. INFORMALIDADE E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL. **PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 3, 2011. DOI: 10.33026/peg.v3i0.790. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/790>. Acesso em: 1 jan. 2024.

HENRIQUE, W. et al. O capitalismo selvagem: um estudo sobre desigualdade no Brasil. **Campinas: Unicamp–Instituto de Economia (Tese de Doutorado)**, 1999.

LIMA, J. C.; BEZERRA, M. J. TRABALHO FLEXÍVEL E O NOVO INFORMAL. Caderno CRH, [S. l.], v. 15, n. 37, 2006. DOI: 10.9771/ccrh.v15i37.18606. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18606>. Acesso em: 22 out. 2023.

LYRA, M. R. S. DE B. Sulanca X muamba: rede social que alimenta a migração de retorno. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 144-154, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/spp/a/8V5rX3LTxwD6ZMT3B9rsjXv/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2023.

MACHADO, F. K. S.; GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 16, n. 36, p. 227-240, ago. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 19 out. 2023.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Brasil_desempregado.pdf. Acesso em: 25 nov. 2023.

MILANÊS, R. **Costurando roupa e roçados: As linhas que tecem trabalho e gênero no agreste pernambucano**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2015. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2833739#. Acesso em: 22 out. 2023.

OLIVEIRA, E. A. A política de emprego no Brasil: o caminho da flexinsegurança. **Serviço Social & Sociedade**, p. 493-508, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/QWG6ZhVGn5swT6SygxGxhkK/?format=html&lang=pt#>. Acesso em: 17 nov. 2023.

OLIVEIRA, R. V.; BRAGA, B. M. Território comercial de Toritama: persistência e metamorfoses da informalidade. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 41, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/21820>. Acesso em: 22 out. 2023.

POCHMANN, M. **A inserção ocupacional e o emprego dos jovens**/Marcio Pochmann. Organização de Claudio Salvadori Dedecca. – São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998. (Coleção ABET – Mercado de Trabalho, v. 6).

POCHMANN, M. Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos. **São Paulo**, 2007. Disponível em:

<https://observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/situac3a7c3a3o-do-jovem-no-mercado-de-trabalho-marcio-pochman.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RANGEL, F.; CORTELETTI, R. de F. O polo de confecções do Agreste Pernambucano: Origens e configurações atuais. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 27, n. 00, p. e022013, 2022. DOI: 10.52780/res.v27i00.13897. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/13897>. Acesso em: 19 out. 2023.

REINERT, N. Desemprego: causas, conseqüências e possíveis soluções. **Revista de Ciências da Administração**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 45–48, 2001. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/8065>. Acesso em: 18 nov. 2023.

SANTOS, A. L.; GIMENEZ, DENIS. Inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 29, p. 153-168, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/GbtRWPdc95dJYQVnkN5cBNq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 nov. 2023.

SANTOS, B. S. Globalização. **Dicionário das crises e das alternativas**, p. 111-112, 2012. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90936/1/Globalizacao.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

SANTOS, B. B.; VASCONCELOS, V. M. Fatores socioeconômicos e demográficos associados ao trabalho informal: o caso de Toritama, Pernambuco, Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 1, jan.- jun. 2018, pp. 289-316. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/665/253>. Acesso em: 23 out. 2023.

SANTOS, E. C. dos; PEREIRA, A. M. B. A.; HELAL, D. H. Ethos do trabalho no Agreste das Confecções. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 20, n. 1, p. 151–163, 2022. DOI: 10.1590/1679-395120210034. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cadernosebape/article/view/85317>. Acesso em: 22 out. 2023.

SEBRAE. Estudo Econômico das Indústrias de Confecções de Toritama/PE. Recife, abril/2019. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/RELATORIO-TORITAMA-FINAL.pdf>. Acesso em: 17 out. 2023.

SCHWARTZMAN, S.; COSSÍO, M. B. Juventude, educação e emprego no Brasil. **Cadernos Adenauer-Geração Futuro**, v. 7, n. 2, p. 51-65, 2007. Disponível em: <https://www.schwartzman.org.br/simon/2007juventude.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Estudo econômico do arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano, 2012. Recife: SEBRAE, 2013. Disponível em:

<https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Estudo%20Economico%20do%20APL%20de%20Confeccoes%20do%20Agrete%20-%20%2007%20de%20MAIO%202013%20%20docx.pdf>. Acesso em: 16 out. 2023.

SMITHSON, J.; LEWIS, S.; GUERREIRO, M. D. Percepções dos jovens sobre a insegurança no emprego e suas implicações no trabalho e na vida familiar. 1998. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/772>. Acesso em: 15 nov. 2023.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade**: as consequências da atração da população para o município de Toritama. Dissertação (Mestrado) defendida no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/10926>. Acesso em: 23 out. 2023.